

INICIATIVAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS ALTERNATIVAS EMERGENTES NA ARGENTINA PÓS-CRISE DE 2001

Gabriela D'Ávila Schüttz¹

RESUMO

Este artigo discorre sobre um conjunto de práticas de inovação social emergentes na Argentina nos anos seguintes à grande crise de 2001, segundo os resultados do estudo realizado com 21 experiências socioeconômicas na cidade de Rosario, entre 2007-2009. A pesquisa constatou a proliferação de iniciativas para o desenvolvimento local a partir do incentivo a arranjos políticos e econômicos alternativos, desde diversos setores da sociedade local e do Estado, como estratégia frente à crise e suas consequências. Concluiu-se que as dificuldades enfrentadas pela sociedade argentina contribuíram para a promoção de novas práticas políticas e a institucionalização desses temas na agenda pública daquele país.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Ação coletiva. Inovação social. Argentina.

ABSTRACT

This article presents social innovation practices that have been emerging in Argentine post-crisis (2002-2009), according to results of a research study released with 21 socio-economics experiences in the city of Rosario. The research found a proliferation of initiatives for the local development through the incentive of many sectors of the local society and the State, as a strategy to face the crisis and its consequences. It was concluded that the difficulties faced by the Argentine contributed to alternatives political practices and the institutionalization of these subjects in the public discussion.

Keywords: Local development. Collective action. Social innovation. Argentine.

¹ Graduação em Ciências Sociais (UNISINOS). Mestrado em Economia Social (UNGS- ARG). Mestrado em Filosofia (UNISINOS). E-mail: gschuttz@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos presenciado um crescente interesse acadêmico em torno dos temas de desenvolvimento local (VAZQUÉZ BARQUERO; MADORY, 2000; AROCENA, 2002), economia social (CORAGGIO, 2007; DANANI; 2004), economia solidária (SINGER; SOUZA, 2000; CATTANI et al., 2009) e inovação social (DAGNINO, 2004; DAGNINO et al., 2004). Trata-se de inúmeros estudos sobre formas alternativas de produção econômica, organização social e política que estão sendo desenvolvidas não somente na Argentina, mas no mundo inteiro. Em geral, essas experiências possuem em comum a busca pela inovação e pela construção de novas práticas econômicas, políticas e sociais capazes de responder à complexidade das demandas da sociedade contemporânea, propondo estratégias alternativas e com objetivos múltiplos, entre eles, sanar as carências e as necessidades não contempladas nem pelo Estado, nem pelo mercado.

Com base nesses estudos e nos dados coletados durante pesquisa realizada na cidade de Rosario, Província de Santa Fé, entre 2007-2009, revisados em 2010², este artigo analisa um conjunto de práticas sociais desenvolvidas na Argentina, focalizando suas relações políticas no período de reestruturação política, econômica e social que procedeu à crise de 2001. O objetivo da pesquisa foi avaliar o potencial dessas iniciativas e sua incidência sobre o desenvolvimento local a partir da promoção de arranjos políticos e econômicos alternativos, não somente como estratégia paliativa frente à crise, mas como projeto sustentável de reconstrução desse país.

Este artigo segue a seguinte ordem de exposição: inicialmente, apresenta algumas informações sobre a história recente argentina e da cidade de Rosario, a fim de fornecer elementos do contexto investigado, quais foram as principais mudanças que aconteceram no país e as oportunidades que surgiram frente à deterioração de sua antiga estrutura política e

econômica. Na sequência, são apresentadas algumas conclusões referentes às relações políticas observadas nas 21 iniciativas pesquisadas, analisadas a partir da noção de alianças progressivas. Por fim, destacam-se alguns elementos dessas relações, compreendendo-as como um mecanismo essencial para a ampliação e o êxito de estratégias políticas e econômicas alternativas no âmbito da sociedade local.

2 ARGENTINA PÓS-CRISE: E AGORA?

Durante a maior parte do século XX, a Argentina foi um país que se desenvolveu com relativo sucesso sob o marco do Estado Desenvolvimentista (RAPOPORT, 2000; FERRER, 2004; ROMERO, 2006). Conforme Rapoport (2007, p. 08), entre 1950 e 1955, por exemplo, a Argentina alcançou uma apreciável melhora na distribuição da renda – com a classe assalariada chegando a ostentar uma participação de 50% da renda nacional –, além da vigência de uma série de leis sociais (aposentadorias e pensões, férias, convênios coletivos, benefícios diversos para os pobres, tais como construção de casas populares etc.).³ Essa característica marcou a história da sociedade argentina, diferenciando-a dos demais países da região.

Hoje, embora a Argentina ainda ostente um dos maiores índices de desenvolvimento humano (IDH) da América Latina⁴, o país enfrenta os efeitos de importantes mudanças estruturais desenvolvidas a partir da década de 1970 e de sucessivas crises políticas e econômicas, cujo ápice resultou na mais grave crise institucional de sua história, ocorrida em 2001.

Durante esse processo, a Argentina passou a registrar aumento na taxa de desemprego, precarização das condições de trabalho (BECCARIA et al., 1999), tendência crescente à centralização da propriedade e da riqueza (CARPIO et al., 1999),

² A pesquisa referida intitula-se *Límites y posibilidades de Alianzas Progresivas en Rosario: las relaciones políticas entre los actores de la economía social y solidaria* e foi desenvolvida com apoio da Fundação Ford para América Latina, no âmbito do curso de Maestría em Economía Social, Instituto del Conurbano, Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina (2007-2010). Ver detalhes do estudo em Schüttz, 2010.

³ Mesmo com sucessivos períodos de instabilidade política e econômica, o país seguiu crescendo economicamente até meados 1970, porém sem apresentar grandes alterações nas questões sociais, que não melhoraram nem pioraram significativamente nesse período (RAPORPOT, 2007, p. 08).

⁴ A Argentina ocupa a posição 45ª do ranking elaborado pela ONU (PNUD) enquanto o Brasil localiza-se na 84ª posição, segundo os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 2011. Dados disponíveis em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

o que incidiu sobre o agravamento da situação distributiva e o incremento da pobreza (BECCARIA; LOPÉZ, 1996). Resultado: o aumento notório da desigualdade no país (PAZ; PICELLI, 2000; SILVA et al., 2007).

No obstante, esses acontecimentos também foram acompanhados da emergência de propostas alternativas: outras formas de produção econômica, mobilização social e ação política surgiram no cenário nacional (SCRIBANO; SCHUSTER, 2001). Tradicionalmente na Argentina, os sindicatos e os grêmios estudantis encabeçaram os protestos e os movimentos sociais, seguidos com menor força dos movimentos de direitos humanos. Com o ápice da crise em 2001, novos atores e movimentos sociais destacaram-se: as redes de comércio justo, os *catadores* (recicladores), as assembleias de bairros, as fábricas e as empresas recuperadas e a experiência com moeda social (*el trueque*) representam exemplos concretos (CAMPIONE; RAJLAND, 2006).

Todas essas transformações no cenário argentino foram interpretadas segundo diferentes perspectivas que se desenvolveram particularmente em torno de duas linhas de interpretação: decadência ou transformação (PUCCIARELLI, 1999; MALAMUD, 2002; DINERSTEIN, 2004).

Esta pesquisa reconheceu como legítimo o processo de decadência referido por alguns pesquisadores e analistas sociais. Porém, procurou no cenário investigado verificar se havia, nessas experiências, características diferenciadas, constituintes de novos entendimentos e racionalidades para as relações políticas e econômicas, aproximando-se assim da segunda corrente interpretativa. Desse modo, acredita-se ser factível atribuir o desenvolvimento de políticas públicas para o campo do desenvolvimento local ao agravamento da exclusão social, ao aumento das taxas de desemprego e dos níveis de pobreza e desigualdade em consequência da crise vivida, mas principalmente à busca por novos horizontes capazes de reerguer o país sobre outros fundamentos políticos e econômicos.

Nesse sentido, a emergência de experiências e arranjos políticos e econômicos alternativos traduziu-se em uma resposta da sociedade argentina a um contexto de deterioração de sua antiga estrutura econômica e social e do modelo a partir do qual ela esteve assentada desde o golpe militar

de 1976, notadamente baseada em uma economia rentística-financeira e no disciplinamento político e social⁵. Assim, entre a urgência de novas práticas sociais, em um período de instabilidade econômica, desobediência civil e tensão social⁶, e o surgimento de experiências de inovação social com potencial a novos horizontes de produção econômica e arranjos políticos um passo importante foi dado.

A constatação amplamente aceita de que o desenvolvimento de práticas socioeconômicas alternativas foi uma saída utilizada por diversas camadas da população e também pelo Estado argentino frente à precarização das condições de vida não nos parece suficiente para a análise dessas iniciativas e seu potencial como práticas políticas e econômicas que trazem em si gérmenes de inovação social. Na realidade, essas experiências, ao mesmo tempo que foram capazes de oferecer respostas concretas às dificuldades enfrentadas pela população em um momento de grande crise no país, também foram responsáveis por um chamado realizado a toda sociedade à inovação, solidariedade e ação política.

⁵ Conforme Raporpot (2007, p. 09-10), a ditadura militar argentina não se resumiu somente ao terrorismo de Estado e à perda de várias futuras gerações de líderes políticos e sociais, mas a convicção por parte das elites tradicionais de que as medidas políticas e sociais adotadas não serviriam para eliminar as alianças populares enraizadas no modelo econômico vigente até então. Portanto, era necessário modificar radicalmente a estrutura econômica do país, o que supunha também uma reformulação do papel do Estado, comprometido com a perspectiva desenvolvimentista. Vale lembrar que, mesmo que o aparato industrial argentino já se deparasse com alguns problemas no início da década de 1970, havia níveis razoáveis de proteção, controle do câmbio e taxas de juros em um sistema financeiro bastante regulado, apesar das diversas crises e recorrentes processos inflacionários, especialmente entre 1964 e 1974. Porém, tudo isso foi destruído. No início de 1977, foi implementada uma reforma que colocaria o setor financeiro em uma posição hegemônica em termos de captação e distribuição de recursos, mediante sua desregulamentação financeira e a abertura indiscriminada da economia. Essas medidas afetaram diretamente a balança comercial e produziram um forte processo de desindustrialização e reprimarização da economia argentina, enfraquecendo ainda mais os princípios desenvolvimentistas e os atores políticos e sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis, etc.).

⁶ Sobre as revoltas populares no auge da crise, ver: Barbeta e Bidaseca (2004).

Durante a explosão da crise em 2001, a Argentina representava o retrato de um país decadente, cujo tecido social se encontrava fragmentado pelas experiências neoliberais e também pelos vestígios de autoritarismo e do terror implementados durante o regime militar, seguidos das desilusões com o andamento da economia e da questão social oferecidas pelos governos democráticos. A pronta resposta do Estado, fortemente desestruturado politicamente, frente à eclosão da crise veio progressivamente através de programas e incentivos a iniciativas de combate à pobreza e à desigualdade.

Os inúmeros incentivos do governo federal argentino às iniciativas populares emergentes naquele período incluíram o aumento considerável do orçamento para políticas públicas, além de avanços legais visando à institucionalização dessas práticas através da adequação e da criação de novas formas e normas jurídicas destinadas a sua promoção. Dessa forma, o modelo de implantação adotado procurou ancorar-se no crescente número de movimentos e iniciativas populares surgidos no período, consideravelmente frágeis, porém mostrando-se eficientes como uma rede de amparo social construída pela própria sociedade durante o período mais agudo da crise.

Portanto, o modo como foram implantados esses programas e as políticas já sinaliza em direção a uma construção mais democrática, em contraste com as ações paternalistas características da cultura política do país. Segundo Vuotto (2006, p. 07), a implementação dos programas e das políticas de incentivo ao desenvolvimento local oriundas de iniciativas populares no período pós-crise ocorreu “através de processos participativos e intersetoriais no âmbito local”, que buscaram fortalecer espaços plurais “a partir das potencialidades do território”.⁷

Inicialmente, em muitos desses programas, o acesso do cidadão a certos benefícios estava condicionado à prestação de trabalho para a comunidade, com risco latente de instrumentalização da participação. Por outro lado,

tais iniciativas fomentaram outras formas possíveis de trabalho, para além do modelo assalariado tradicional, enraizado na cultura argentina através da experiência relativamente bem-sucedida do modelo desenvolvimentista no país.

Passada um pouco mais de uma década desse momento ímpar na história argentina, acreditamos já ser possível traçarmos um mapa das principais práticas de inovação social emergentes no país após a grande crise de 2001, assim como apontar suas principais características, os limites e as potencialidades.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARRANJOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS ALTERNATIVOS: O CASO DA CIDADE DE ROSARIO, ARGENTINA

A cidade de Rosario foi considerada um campo valioso para o desenvolvimento desta pesquisa, porque sintetizou o processo de transformação pelo qual a Argentina passou nas últimas décadas. Até meados da década de 1970, a cidade de Rosario ostentava uma intensa atividade industrial e portuária, baseada no modelo de substituição de importações⁸, no qual a classe trabalhadora representava um forte ator social, protagonista de importantes ações coletivas no cenário nacional (PRIETO, 2001, RODRÍGUEZ et al. 2005). Entretanto, com o acúmulo de sucessivas reformas econômicas malsucedidas no país, Rosario tornou-se progressivamente uma das cidades argentinas mais castigadas pelo desemprego e pela pobreza. O índice de desemprego que, em 1975, era de 5%, chegou a 22,8% em 2001, superando os 24% em 2002.⁹

⁸ Conforme Bresser Pereira (1981, p. 117-118; 123), o modelo de substituição de importações refere-se a um modelo de industrialização tardia que caracterizou os países latino-americanos de 1930 a 1960, sucedendo o modelo primário-exportador vigente até a crise mundial de 1929. Trata-se de um modelo de industrialização caracterizado pela redução persistente do coeficiente de importações. Nesse modelo, surgiram e consolidaram-se outros atores sociais, principalmente o empresariado industrial e os trabalhadores urbanos organizados, que durante algum tempo passaram a usufruir de algumas vantagens, tais como: um salário maior, ainda que com aumento inferior às taxas de crescimento da produtividade, uma legislação trabalhista e de previdência social definida e o acesso a bens de consumo simples.

⁹ Dados do INDEC, amplamente divulgados nas diferentes mídias do país.

⁷ Tradução livre do autor. Todas as citações e transcrições do original em espanhol estão disponíveis em Schütz, 2010.

É importante salientar que outras cidades argentinas daquela época também vivenciaram o mesmo panorama socioeconômico devastador. Contudo, a emergência de novas experiências e arranjos políticos e econômicos ocorreu de forma mais expressiva, quantitativa e qualitativamente, em Rosario. Esse fato provém, em parte, à presença de um contexto político mais favorável ao desenvolvimento de práticas alternativas na cidade.

O Partido Socialista (PS) governa o município de Rosario ininterruptamente desde 1989 e atualmente administra também a Província de Santa Fe, pelo segundo mandado consecutivo. Entre outras iniciativas, o PS foi responsável pela criação de um espaço político-institucional próprio para o desenvolvimento e a promoção desse tipo de iniciativas: a Subsecretaria de Economia Solidária (SES)¹⁰, criada em 2003. Esse projeto inovador no âmbito dos governos municipais argentinos, entre outros programas e políticas públicas, rendeu à cidade reconhecimento internacional. Rosario foi destaque no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2003, como exemplo de boas práticas políticas, por criar condições de governabilidade e aproveitá-las para impactar positivamente nos indicadores de desenvolvimento humano, promovendo sinergia entre diferentes atores locais.¹¹

Entre as experiências emergentes de inovação social que insurgiram na Argentina pós-crise de

2001, com especial desenvolvimento em Rosario, destacam-se: as empresas autogestionárias e as fábricas recuperadas; as redes de comércio justo e consumo solidário e o Programa de Agricultura Urbana (PAU). No primeiro caso, os principais atores envolvidos são os próprios trabalhadores, enquanto, nas redes de comércio justo e consumo solidário e no PAU, há uma pluralidade de atores envolvidos (produtores, consumidores, empreendimentos, organizações de apoio, centros de pesquisa, governo municipal etc.).

Até meados de 2010, os dados da Federação Argentina de Cooperativas de Trabalhadores Autogestionários (FACTA) indicavam a criação de 15.000 fontes de trabalho no setor, em todo o país, contabilizando 25 empresas autogestionárias e fábricas recuperadas localizadas na Província de Santa Fe, sendo 11 delas na região de Rosario.

Experiências como o ex-Hipermercado Tigre, capaz de gerar emprego e renda estável para aproximadamente 120 pessoas, possuem grande valor simbólico. A cadeia de Hipermercados Tigre fechou as portas no final da década de 1990. Naquela ocasião, um grupo de 80 empregados decidiu se unir para reivindicar a manutenção de seus postos de trabalho e, após vários anos de negociação e protestos, os trabalhadores assumiram a empresa em meados de 2001. Essa ação teve vários desdobramentos econômicos, sociais e políticos.

As fábricas recuperadas e as empresas autogestionárias tornaram-se símbolo da luta dos trabalhadores argentinos neste início de século XXI. Para Deux Marzi (2008, p. 03), “as experiências de recuperação de empresas na região de Rosario representaram verdadeiras alternativas produtivas que hoje enfrentam com sua prática a destruição massiva de fontes de trabalho e a fragmentação social”.

O processo de ocupação do Hipermercado Tigre por seus antigos trabalhadores reproduz o contexto inicial de várias outras iniciativas formadas naquele momento adverso, mas que, apesar disso, se desenvolveram e deram origem a outros empreendimentos que perduraram e hoje são relativamente bem-sucedidos. Em 2009, a La Toma, como é conhecida a Cooperativa

¹⁰ A SES é formada por técnicos e políticos, em sua maioria ex-militantes de movimentos sociais. Também se constitui em um espaço aberto e institucionalizado para debates entre o poder público, militantes, iniciativas alternativas e outras organizações e movimentos. Entre suas atribuições, a SES promove várias iniciativas, a partir da capacitação, do apoio à captação de recursos (crédito, insumos, ferramentas e maquinários) e à distribuição e comercialização dos produtos. As atividades econômicas são variadas, concentrando-se principalmente na (I) produção de alimentos e agricultura urbana; (II) no artesanato; (III) no tratamento e reaproveitamento de resíduos sólidos (reciclagem); (IV) em calçados e indumentárias.

¹¹ Ver: Experiência Rosario. Políticas para a governabilidade (documento em espanhol). Disponível em: <<http://www.rosario.gov.ar/mr/mri/www/premios-1/experiencia-rosario-politicas-para-a-governabilidade>>.

Trabalhadores Solidários em Luta, desdobramento da experiência inicial de ocupação realizada no Hipermercado Tigre, é responsável por conduzir o Centro Cultural La Toma. No local onde havia apenas um supermercado, hoje há um restaurante popular e universitário, um ponto de comercialização de produtos comunitários, um grupo de ajuda psicológica, oficinas e cursos diversos.

A experiência argentina com as empresas autogestionárias e as fábricas recuperadas representou uma resposta possível ao problema social do desemprego. Trata-se de uma solução que implicou uma redefinição das relações entre capital e trabalho e colocou em discussão a validade irrestrita do direito à propriedade no país (FEDERICO-SABATÉ, 2005; ABRAMOVICH; VÁZQUEZ, 2007).

Conforme Fajn (2003), o debate gerado a partir dos conflitos travados pelos trabalhadores refere-se aos conceitos de legalidade e legitimidade. Nesse sentido, o fenômeno da ocupação das empresas pelos seus antigos trabalhadores se traduz em uma postura crítica e desafiadora em relação ao direito à propriedade, além de recolocar o problema do direito ao trabalho. Portanto, desde um cenário inicial de marginalização e descrédito que pesava sobre essas iniciativas, várias questões foram e ainda estão sendo discutidas e trabalhadas progressivamente entre os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, as universidades e o Estado.

Outra iniciativa importante corresponde ao desenvolvimento de redes de troca, comércio justo e consumo solidário e as moedas sociais. O grande alcance e o sucesso da experiência com moeda social na Argentina, no período mais severo da crise, contribuíram para a promoção dos valores do comércio justo e do consumo solidário no país.

Inicialmente, as redes de troca não pretendiam criar uma moeda alternativa, e as transações eram registradas apenas em uma caderneta. Porém, com o crescimento e o desenvolvimento desses grupos, a caderneta teve que ser substituída por vales similares às notas convencionais. Segundo Nunes (2001), várias províncias desenvolveram suas próprias redes e moedas, formando um total de 80

grupos. Calcula-se que mais de 500 mil pessoas já se cadastraram no país, movimentando cerca de US\$ 2 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano. E, em mais de dez municípios, observam-se alianças e parcerias entre os governos locais e as redes de trocas, inclusive na capital argentina. Por tudo isso, as redes argentinas foram, em 20 de dezembro de 2001, declaradas de interesse nacional.

Esse processo de ressignificação e reconhecimento dessas práticas ganha contornos ainda maiores quando analisamos as transformações pelas quais passou o espaço público em Rosario. Além das praças da cidade, a orla do Rio Paraná, que banha a cidade, também foi modificada pela ação de novos atores sociais. O Programa de Agricultura Urbana (PAU) é uma iniciativa que reúne o governo municipal, a Faculdade de Arquitetura da Universidade Nacional de Rosario, o programa federal *Prohuerta* do Instituto Nacional de Tecnológica Agropecuária (INTA), o Centro de Estudos de Produções Agroecológicas (CEPAR), empreendimentos populares e as organizações internacionais: *Instituto Cooperazione Economica Internazionale* (ICEI) e *Regione Lazio*. O PAU constitui-se como uma importante ferramenta para a integração social de pessoas marginalizadas, a superação da pobreza, o melhoramento do habitat e do meio urbano ao estimular o cultivo de alimentos livres de agrotóxicos em áreas urbanas abandonadas, neste caso, os arredores das estações e dos trilhos de trem desativados na cidade, próxima à orla do Rio Paraná. O PAU foi selecionado pela ONU entre as “10 melhores práticas do mundo para melhorar as condições de vida”, em 2003.

A experiência com a rede de *huerteros* (agricultores urbanos), construída na cidade através do PAU, demonstra que a articulação entre atores de vários setores da sociedade em torno de ações conjuntas é capaz de propiciar benefícios para toda a população. Por meio da organização de grupos e da disponibilização de suporte e apoio técnico, tornou-se possível produzir e comercializar alimentos provenientes da agricultura urbana em áreas abandonadas da cidade, consolidando uma experiência inovadora de desenvolvimento econômico e participação social no âmbito local.

4 AÇÃO COLETIVA E ALIANÇAS PROGRESSIVAS: DA SUPERAÇÃO DA CRISE À CONSTRUÇÃO DE UM COLETIVO POLÍTICO RELEVANTE

A ideia de alianças progressivas foi utilizada como um *tipo ideal*¹² acerca do que se considerou pertinente e indispensável para a promoção de alianças políticas consistentes visando a práticas de inovação social e transformações efetivas na sociedade local. A noção de alianças progressivas corresponde à livre associação de diferentes atores locais, na qual articulações, acordos, pactos e estratégias são realizados progressivamente em distintos níveis da sociedade local, em que, apesar das diferenças irreconciliáveis e dos demais tipos de conflitos, os atores envolvidos conseguem se estabelecer como força política em torno de um mínimo de acordos compartilhados.

Segundo Bianchi e Miller (1996), essa situação se torna possível quando coincidem interesse individual e interesses coletivos. Dadas as dificuldades em obter tais condições espontaneamente, faz-se necessário o estabelecimento de um acordo geral entre os participantes a respeito de um sistema normativo capaz de gerar condições para o desenvolvimento da confiança individual na coletividade (BIANCHI; BELLINI, 1991). Trata-se da construção participativa e democrática de um projeto de gestão pública por meio de articulação de múltiplos atores, visando à transformação da sociedade envolvida através da ampliação radical dos mecanismos de participação cidadã (SCHUTTZ, 2009; 2010).

Tendo como referência essa ideia, observaram-se, entre as relações políticas pesquisadas, dois padrões de comportamento político predominantes:

¹² Inspirada no método sociológico weberiano e sua sociologia compreensiva, a noção de alianças progressiva remete a um tipo ideal – isto é, “um objeto selecionado e apresentado em sua forma pura, o que vai aplanar a compreensão de aspectos do fenômeno social, a partir da presença de uma maior ou menor aproximação com o tipo ideal” (OLIVEIRA, 2008, p. 05). Nas palavras do próprio Weber (2004, p. 107), o tipo ideal refere-se à “construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, objetivamente possíveis, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico”. Nesse caso, a noção de alianças progressivas cumpriu a função básica na pesquisa realizada de fornecer um constructo com o qual os fenômenos concretos puderam ser contrastados, facilitando, desse modo, a análise e a interpretação da realidade investigada.

(1) baseado no princípio da cooperação; e (2) fundamentado no valor da autonomia.

(1) Nas iniciativas em que os valores de cooperação e solidariedade eram manifestadamente os princípios que guiavam e aglutinavam os atores em suas ações, os grupos conseguiam estabelecer relações políticas mais duradouras e frutíferas. Suas ações, as estratégias, os acordos e as alianças políticas orientavam-se pelo objetivo comum de promover, fomentar e apoiar arranjos políticos e econômicos alternativos, o que incidia positivamente no modo como atuavam na resolução de impasses e na construção de consensos que orientassem a ação política conjunta.

(2) Já as relações políticas estabelecidas com base no princípio da autonomia entre as diferentes experiências se desenvolviam circunscritas aos objetivos específicos de cada iniciativa. Cada grupo buscava construir e preservar sua própria perspectiva e as ideais a respeito de um modelo ou projeto de sociedade e os caminhos para sua realização. O reconhecimento de outros grupos, movimentos e projetos existia em momentos específicos, inclusive, com demonstração pública de apoio a outras propostas e bandeiras, mas apenas de modo temporário. Em geral, essas iniciativas tendiam a se distanciar, empenhando-se em desenvolver suas próprias atividades e projetos, minando eventuais tentativas de construção conjunta de um ator político relevante responsável por propor mudanças mais substantivas à sociedade.

Segundo Monod (2007), os atores e os grupos sociais que reivindicam a autonomia de seu setor ou de sua atividade correm o risco de sentir-se no direito de seguir somente suas próprias normas e recusar como atentados a sua liberdade os juízos de valor ou as normas externas. Em outras palavras, a questão com que se defrontavam esses grupos era se seria válido preservar sua autonomia em detrimento do valor da alteridade e dos benefícios da ajuda mútua.

Uma vez identificados os padrões de conduta política predominantes, foi possível mensurar a forma como essas diferenças incidiam sobre o potencial e a qualidade das relações políticas desenvolvidas entre os atores sociais. Da mesma forma, procurou-se estabelecer quais eram as práticas sociais de maior valor para a construção de alianças progressivas, compreendendo-as como mecanismo importante para a ampliação e o êxito de experiências para o desenvolvimento local.

Desse modo, foram destacados três elementos distintos entre si, mas profundamente imbricados: o diálogo (principalmente, a capacidade de escutar), o consenso (no que diz respeito à capacidade de estabelecer critérios e normas para as decisões) e o dissenso (referente à capacidade de respeitar as diferenças).

A capacidade individual e coletiva de saber escutar o outro, característica das experiências que desenvolvem ações em conjunto e em torno de objetivos comuns, foi considerada um elemento-chave para o desenvolvimento de relações do tipo proposto pela noção de alianças progressivas. Saber escutar o outro significa para esses atores construir o problema e as propostas mais claramente, reconhecendo os diferentes modos de viver e perceber a vida social. Essa ampliação do reconhecimento de diferentes perspectivas auxilia no desenvolvimento positivo da autonomia nos sujeitos e nos grupos, além de possibilitar a convivência e a construção coletiva, ainda que permaneçam alguns dissensos.¹³

A experiência concreta desses atores também indicou que o grande desafio não é tanto conseguir

o consenso. O problema, segundo eles, é anterior, refere-se à dificuldade em estabelecer os meios para o diálogo, sem os quais nenhum consenso é possível. Uma vez definidos democraticamente quais normas e regras devem ser obedecidas, o diálogo tende a fluir e torna-se possível alcançar o consenso, sobretudo, quando se utiliza o critério das necessidades materiais como base para a discussão.

Compartilhar os mesmos tipos de dificuldades materiais pode aproximar os atores e aumentar as chances de consenso e de ação em conjunto, quando são encarados como obstáculo comum, mais facilmente transposto de maneira coletiva que individualmente. O dissenso não desaparece, mas, diante de problemas parecidos, as discordâncias referentes ao como fazer, qual estratégia utilizar etc. diminuem¹⁴.

Esse tipo de diálogo autêntico, que implica saber escutar o outro, ação desenvolvida com frequência no interior das experiências investigadas – geralmente de pequeno a médio porte e com dinâmicas internas quase sempre baseadas na gestão participada –, tem se mostrado um importante instrumento para a emergência de novas relações políticas. A partir da compreensão de que certas ideias podem se transformar em práticas reais, desde que sejam construídos coletivamente os meios para a sua realização, ações e novas medidas ganham força para serem reivindicadas e implementadas.

Dessa forma, a existência de um projeto comum permite-lhes produzir coletivamente o sentido e o significado das atividades e das ideias empreendidas pelo grupo. Ao mesmo tempo, constrói-se e reforça a identidade coletiva, a partir do sentimento de compromisso e adesão dos envolvidos, que se revela no reconhecimento de um “nós”.

¹³ Embora bastante difíceis, as capacidades individual e coletiva de saber escutar o outro e de respeitar as diferenças, acordando normas e princípios, mesmo no dissenso, são competências já interiorizadas e exercitadas por vários atores entrevistados. São exemplos as entrevistas com o militante do Partido Comunista e também sócio da Cooperativa Trabalhadores Solidários em Luta, La Toma, e com o representante da Associação Chicos. “Eu creio que o dia em que deixarmos de nos perguntar quem é você, a que partido pertence ou a o que religião você pertence e nos questionarmos sobre como vamos transformar o sistema, então avançaremos juntos. Eu penso que esta é a chave, e estou absolutamente convencido de que o dia em que conseguiremos isso vamos chegar à unidade que necessitamos, porque aqui ninguém tem a verdade absoluta, ninguém! Nenhum partido político, seja membro do partido que seja, seja da religião que seja. Todos podem contribuir com algo, todos têm erros e virtudes, o problema é que temos que aprender a conviver com a diferença, nos respeitarmos em nossas diferenças”, disse o primeiro entrevistado, enquanto, para o segundo, “conflito há sempre, mas resolvemos gerando consenso, gerando encontros, conversando, dialogando. Nós, como instituição, cuidamos muito com todo o que se relaciona com a palavra, com esta questão de comprometer-se, de honrar o que foi dito e de fechar acordos. Na realidade, conflitos se resolvem assim, gerando espaços de encontro”. Ambas as entrevistas foram realizadas em Rosario, em agosto de 2008.

¹⁴ O estabelecimento do consenso a partir de normas e princípios básicos também apareceu nas falas dos atores participantes da pesquisa. Para o representante do Instituto de Estudos e Formação (IFE), vinculado à Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), entrevistado em Rosario, em agosto de 2008, “quando se trata de unir grupos organizados, o que sempre se põe na mesa de discussão são os pontos em comum, os pontos que não são comuns são deixados para outro momento. Avançamos sobre as questões que estamos de acordo [...] aqui, faltam coisas concretamente, porque, com o que temos, de um modo ou de outro, nós nos organizamos, nos colocamos de acordo com mais ou menos força. Independente de como seja, temos que nos unir, nos organizar”.

No entanto, essas condições dificilmente são alcançadas em âmbitos de discussão política maiores, certamente mais formais e rígidos, em que os laços sociais são estabelecidos com base em outros valores. De fato, encontramos nessas experiências a preponderância da sociabilidade e dos vínculos primários. Diante disso, novas questões são suscitadas, uma vez que relações com base apenas no vínculo contratual tradicionalmente sugerem maior liberdade, pois a intimidade moral de cada indivíduo é preservada.

Apesar disso, defende-se que o caminho para fortalecer as relações políticas entre os grupos não estaria na escolha entre promoção da amizade ou da liberdade individual, na substituição do interesse próprio pelo desinteresse ou vice-versa, mas na identificação e no fomento dos interesses em comum. Não se trata, portanto, da velha dicotomia: comportamento utilitarista *versus* comportamento altruísta, mas a busca pelo estabelecimento de objetivos concretos e comuns à maioria dos participantes, cujos resultados esperados e obtidos também possam ser compartilhados pela maior parte dos envolvidos. Uma alternativa que se apresenta através da noção de alianças progressivas, um justo meio que busca preservar as diferenças e estimular a interação e a parceria, promovendo o desenvolvimento da confiança e a ação conjunta entre os atores.

Outra questão pertinente é se as condutas averiguadas a partir dessas experiências são capazes de fornecer alguns princípios e práticas que poderiam ser reproduzidos em outros contextos de disputa política no âmbito local. Supondo que o ponto de partida para a ação é, nesse caso, a sociedade local, a ampliação do diálogo e da participação entre os diferentes setores da sociedade, por exemplo, pode ser considerada uma base concreta para que as ações se tornem efetivamente mais democráticas e eficientes.

Portanto, vale ressaltar que o acesso e a qualidade da participação e do diálogo abertos ao dissenso são requisitos muito importantes, que se colocam simultaneamente como condição para o consenso e o seu resultado. Resguardadas essas condições, a tarefa maior dos atores refere-se à administração de interesses e vontades quiçá díspares, a partir da valorização das vantagens existentes nas ações realizadas em conjunto no

campo político, tal como perceberam os grupos investigados.

Embora os atores políticos que participaram desta pesquisa possuíssem diferentes filiações partidárias, a postura política diferenciada adotada por eles possibilitou um diálogo aberto com os governos local, regional e nacional –, que, dado o momento de crise, se obrigaram a aproximar-se fortemente dos movimentos populares e responder a seus anseios. Por sua vez, esses grupos responderam ao chamado, não rejeitaram de imediato as propostas oferecidas, tampouco se anularam. Ao contrário, optaram por barganhar maior espaço nas esferas pública, política e institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a um contexto desfavorável, a irrupção de luzes na escuridão é um sinal de que a ação política é o acontecer do homem na história. Experiências como as evocadas aqui alimentam a utopia da superação de processos desastrosos e determinismos cujos objetivos são ocultar a emergência do novo.

A constatação de que a proliferação de iniciativas alternativas para o desenvolvimento local representou uma possibilidade real para a sociedade argentina se reerguer diante dos reveses proporcionados pela crise remete à importância de conhecê-las ainda mais. Ao mencionar algumas informações sobre a história recente da Argentina e descrever as principais consequências da reestruturação pela qual o país passou, no âmbito da cidade de Rosario, concluímos que esses tipos de experiências sociais inovadoras podem ser responsáveis por ressignificar importantes práticas e espaços para o desenvolvimento da vida social de uma cidade, uma região ou um país.

Além disso, foi possível verificar que tais experiências perduram mesmo após o período mais agudo da crise e seguem desenvolvendo-se como alternativas legítimas às práticas econômicas, políticas e sociais hegemônicas. Também foi mencionada a relevância da ação política organizada e continuada para dar continuidade ao processo de implementação e adequação das políticas públicas e das normas jurídicas às novas demandas sociais, porém agora em um momento distinto ao da gênese e da explosão dessas experiências naquele país. Do mesmo modo, foram identificados alguns

valores e princípios importantes para a construção e o desenvolvimento de alianças progressivas na Argentina e, talvez, para inspirar movimentos e estudos em outros lugares do mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, A. L.; VÁZQUEZ, G. 2007. Experiencias de la Economía Social y Solidaria en la Argentina. **Estudios Fronterizos**. v. 8, n.15, ene./jun., p. 121-145.
- AROCENA, J. El desarrollo local, un desafío contemporáneo. **Montevideo**, Ed. Taurus/Universidad Católica, 2002.
- BARBETTA, P; BIDASECA; K. Reflexiones sobre el 19 y 20 de diciembre de 2001 Piquete y cacerola, la lucha es una sola ¿emergencia discursiva o nueva subjetividad, **Revista Argentina de Sociología**, a. 2, n. 2, 2004.
- BECCARIA, L; CARPIO, J; ORSATTI, A. Argentina: informalidad laboral en el nuevo modelo económico. In: Carpio, J; Klein, E; Novacovsky, I.(comps.) **Informalidad y Exclusión Social**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, SIEMPRO, OIT, 1999.
- BECCARIA, L; LÓPEZ, N. El debilitamiento de los mecanismos de integración social. In: Beccaria, L; López, N. (comps) **Sin Trabajo**. Las Características del Desempleo y sus Efectos en la Sociedad Argentina. Buenos Aires, UNICEF/Losada, 1996.
- BIANCHI, P; BELLINI, N. Public Policies for Local Networks of Innovators. **Research Policy**, v. 20, n. 5, oct. 1991. pp. 487-497.
- BIANCHI, P; MILLER, L. Innovation and collective action: The dynamics of change In: **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 7, issue 2, pp. 93-206. 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- CAMPIONE, D; RAJLAND, B. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante. Novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In. CAETANO, G. (comps) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CARPIO J; KLEIN, E; NOVACOVSKY, I. (comps.) **Informalidad y Exclusión Social**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, SIEMPRO, OIT, 1999.
- CATTANI, A (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: CES, 2009.
- CORAGGIO, J. L. (Org.) **La Economía Social desde la periferia**. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: UNGS, Editorial Altamira, 2007.
- DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: LASSANCE J.R. (Org.) **Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 90-108, 2004.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE J. R. (Org.) **Tecnologia social - uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 15 a 64. 2004.
- DANANI, C. (Coomp.) **Política Social y Economía Social: debates fundamentales**. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- DEUX MARZI, M. V. **Las empresas recuperadas del Gran Rosario**. Nuevas modalidades de producción, gestión y distribución, 2008. Disponível em: <[http://www.riless.org/biblioteca_desarrollo.shtml?cmd\[223\]=x2234a04b4977f66ac39bcef15e2f98d7425](http://www.riless.org/biblioteca_desarrollo.shtml?cmd[223]=x2234a04b4977f66ac39bcef15e2f98d7425)>. Acesso em: 31 jul. 2010.
- DINERSTEIN, A. C. Más allá de la crisis. A cerca de la naturaleza del cambio político en Argentina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 10, n. 1, ene./abr. p. 241-269, 2004.

- FAJN, G. (Coord.) **Fábricas y empresas recuperadas**. Protesta social, autogestión y rupturas de la subjetividad. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.
- FEDERICO-SABATÉ, A.M. **El surgimiento de formas asociativas en el derrumbe** ¿Es posible otra economía? 2005.
- FERRER, A. **La economía Argentina**: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económico, 2004.
- MALAMUD, A. Gobernabilidad, gobernancia y reforma política en Argentina In: **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública...** 2002 Lisboa, 8-11, oct. 2002.
- MONOD, J.C. A secularização da secularização e o futuro da autonomia. O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos? IHU Online, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 21 mai. 2007, Edição 220.
- NUNES, R.E. 2001 **A nova economia das redes solidárias**. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/ruth_redesolidarias.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- OLIVEIRA, C. M. Método e Sociologia em Weber: Alguns conceitos fundamentais. **Revista Eletrônica Inter-Legere**, n. 3, p. 01-10. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- PAZ, Jorge A; PICELLI, C. **Desigualdad de Ingresos y Pobreza em Argentina** [en línea] 2002. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/aaep/00/paz_piselli.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2010.
- PRIETO, A. Los trabajadores In: FALCÓN, R; STALEY, M. (Dir.) **La Historia de Rosario. Economía y Sociedad**. Rosario: Homo Sapiens, 2001.
- PUCCIARELLI, A. ¿Crisis o decadencia? Hipótesis sobre el significado de algunas transformaciones recientes de la sociedad argentina. **Revista Sociedad**, n. 13. Buenos Aires, oct, 1999.
- RAPOPORT, M. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.
- RAPOPORT, M. Mitos, Etapas y Crisis in la Economía Argentina. In: **Seminario El Pensamiento Político, Económico y Social en la Construcción Nacional, Regional y Provincial**, 2007. Catamarca. Disponível em: <http://www.mariorapoport.com.ar/uploadsarchivos/mitos_etapas_y_crisis_en_la_historia_argentina_pdf.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- RODRÍGUEZ, E; BONANTINI, C; CHEBEZ, V. Desarrollo Local como herramienta de articulación social. Una experiencia innovadora en Rosario (Santa Fe). **Revista Iberoamericana de Educación, Trabajo y Salu**, n. 5. Universidad de Extremadura, Universidad Nacional de Rosario, 2005.
- ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Cultura Económica, 2006.
- SCHÜTTZ, G.D. **Límites y posibilidades de Alianzas Progresivas en Rosario**: las relaciones políticas entre los actores de la economía social y solidaria (mestrado) Universidad Nacional de General Sarmiento – UNGS, 146p. 2010. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1273&Itemid=18>. Acesso em: 31 jul. 2010.
- SCHÜTTZ, G.D. 2009 Economía Social, Desarrollo Local y Alianzas Progresivas: análisis de las relaciones políticas entre actores/sujetos de movimientos populares, organizaciones sociales y gobierno municipal, en Rosario, **Revista Otra Economía**, v. 3, n. 4.
- SCRIBANO, A.; SCHUSTER, F. **Protesta social en la Argentina de 2001**: entre la normalidad y la ruptura OSAL, n. 5, sep. 2001. Buenos Aires: CLACSO.

SILVA; M. O.; SOTO, S. F.; SOUSA, S. P.; GUILHON, M. M.; LIMA, V. F.; A pobreza no Brasil e na Argentina: dimensão e políticas de enfrentamento In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**; Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI, São Luís – MA, 28 ago. 2001. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/932eee325436ea03b622MariaOzanira_Salviana_Virginia.pdf>. Acesso em 10 mar. 03, 2014.

VAZQUÉZ BARQUERO, A.; MADOERY, O. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosario, Ed. Homosapiens, 2000.

VUOTTO, M. **El Cooperativismo de Trabajo y la Promoción del Empleo**: El caso de la Argentina. 2006. Disponível em: <<http://reco.concordia.ca/pdf/WPVuotto06.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

VUOTTO, M. (Comp.) **La co-construcción de políticas públicas en el campo de la economía** (mimeo).

WEBER, M. 2004 **Sociologia**. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).